

REFLEXÕES SOBRE A PROFISSÃO DOCENTE: ANTIGAS PROFESSORAS FALAM SOBRE O PASSADO E O PRESENTE DA PROFESSORA PRIMÁRIA
CASTRO, Magali de – PUC-Minas
GT: Formação de Professores / n.08
Agência Financiadora: Não contou com financiamento

NOTAS INTRODUTÓRIAS

A profissão docente sempre foi e será importante para a sociedade. Nenhuma grande personalidade atingiu o posto que hoje ocupa sem que tenha passado pelas mãos de uma professora “primária” ou de ensino fundamental. Sobre a importância da educação e, conseqüentemente, de quem educa, Brandão assim se manifesta:

Fomos um dia o que alguma educação nos fez. E estaremos sendo, a cada momento de nossas vidas, o que fazemos com a educação que praticamos e o que os círculos de buscadores de saber com os quais nos envolvemos estão constantemente criando em nós e fazendo conosco. (BRANDÃO, 2000, p. 451)

A profissão docente tem sido alvo de extensa produção, configurando-se como uma das principais temáticas da análise contemporânea sobre os profissionais da educação. O magistério da escola básica passa por uma crise de valorização: com os baixos salários que os obriga a dobrar turnos de trabalho para garantirem a sobrevivência, os professores da educação básica carecem de tempo e de recursos financeiros para se atualizarem e para maior dedicação à sua atividade docente.

Nesse contexto, acirram-se as discussões em torno da formação de professores e do nível de titulação desejado para o professor da escola básica. Professores, associações de classe e científicas debatem sobre a valorização do professor e sobre as instituições que devem ser responsáveis pela sua formação em nível superior. Na verdade, a valorização do magistério não passa pela exigência do nível superior para o exercício da docência no ensino fundamental e nem mesmo pela institucionalização de critérios e medidas de valorização. Sua busca é uma tarefa do próprio professor, em conjunto com os outros atores da escola, com os Sindicatos, as Associações Científicas e de Classe e o próprio governo. Pais, alunos e sociedade civil em geral são co-responsáveis pela valorização do professor e pela qualidade do ensino. A luta pela valorização da profissão passa pelo conflito e pela ação coletiva, conforme afirma Contreras:

O reconhecimento da significação social e política da intervenção educativa se transforma por vezes em práticas de oposição e em ações estratégicas que ampliam o significado da prática profissional do ensino. Já não estamos falando do professor ou da professora, isolados em sua sala de aula, como forma de definir o lugar de sua competência profissional, mas da ação coletiva e organizada e da intervenção naqueles lugares que restringem o reconhecimento das conseqüências sociais e políticas do exercício profissional do ensino. (CONTRERAS, 2002, p. 82)

A importância e o reconhecimento da profissão docente enquanto preocupação das políticas públicas em escala mundial é relativamente recente. Segundo Siniscalco (2003), a mudança progressiva na atenção que as políticas dedicam aos professores enquanto protagonistas da melhoria educacional se deu a partir de uma Conferência Inter-governamental Especial, realizada pela OIT e pela UNESCO, em Paris, em 1966, a qual enfatizou a interdependência entre o *status* dos professores e o *status* da educação. Para ela, embora o número de professores primários tenha crescido consideravelmente nos países em desenvolvimento, houve também o crescimento do número de crianças em idade escolar, resultando numa alta razão entre população de crianças em idade de frequentar a escola primária e professoras, sendo que a porcentagem de mulheres entre os professores continuou a crescer na década de 1990.

Nos estudos e pesquisas sobre formação de professores e profissão docente, vários atores do sistema de ensino vêm sendo questionados, mas um ator importante precisava ser consultado: a antiga professora, que exerceu essa profissão em outros tempos, quando os problemas eram outros e a realidade social, econômica e política do país era diferente. Tendo passado por diferentes momentos históricos da profissão - do prestígio dos anos iniciais à posição mais recente do magistério enquanto profissão difícil, mal remunerada e desvalorizada socialmente – essas professoras trazem em suas memórias imagens que, se desvendadas, poderão apontar para ações de resgate e revalorização do magistério.

Os profissionais em exercício têm, de certa forma, a oportunidade de se fazerem representar nas audiências públicas e nas consultas e intercâmbios feitos constantemente, pelas entidades científicas, tais como a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação - ANFOPE, especialmente via Internet. Entretanto, os professores que já se aposentaram e que estão afastados de toda essa discussão não têm oportunidade de se manifestar e de prestar sua colaboração, seja emitindo opiniões sobre a formação de professores, seja esclarecendo aspectos

fundamentais da profissão que foram descobertos e vividos em sua trajetória profissional. Há inúmeros profissionais nessa situação que poderiam contribuir de forma significativa para as discussões que estão sendo entabuladas. Dentre esses profissionais, consideramos importante ouvir primeiro aqueles mais antigos, que possuem uma rica experiência para ser compartilhada, a qual trará significativos subsídios para os estudos sobre a profissionalidade do professor.

Assim, buscando contribuir para as atuais discussões em torno da profissão docente e do melhor nível e instância para a formação de professores da escola básica, fizemos uma pesquisa¹, na qual penetramos no túnel do tempo para resgatar, junto a professoras primárias formadas no início do século vinte, aspectos da profissionalidade docente que são determinantes dessa profissão e que precisam ser considerados nos cursos de formação, independente do nível em que sejam oferecidos.

O presente trabalho é derivado dessa pesquisa e diz respeito às percepções de professoras formadas no início do século XX sobre o passado e o presente da professora primária.

A FORMAÇÃO DE PROFESSORAS PRIMÁRIAS EM MINAS GERAIS, DO FINAL DO SÉCULO XIX AOS MEADOS DO SÉCULO XX

Faremos aqui, uma breve retrospectiva da formação de professoras primárias em Minas Gerais, no contexto da educação brasileira, no período em que as professoras entrevistadas se formaram e exerceram a profissão docente. Assim, não são analisados todos os fatos marcantes da educação brasileira, mas apenas aqueles que influenciaram mais diretamente na formação de professoras primárias em Minas Gerais. Para essa retrospectiva, recorreremos às obras de Mourão (1962), Peixoto (1989 e 2003) e Romanelli (2003).

A profissão docente no Brasil vem passando por grandes transformações desde o século XIX, quando surgiram as primeiras Escolas Normais incumbidas da formação de professores para atuarem nas escolas primárias do país. Desde o período imperial, já existia o propósito de formar o professor para o magistério "primário", sendo que o governo imperial responsabilizava-se pela manutenção dos cursos superiores então

¹. Pesquisa financiada pela Fundação de Incentivo à Pesquisa – FIP/PUC-M.G.

existentes e reduzidos e atribuía às províncias a responsabilidade pelo ensino primário e secundário.

A criação das escolas normais, nas décadas de 30 e 40 do século XIX, representou nova etapa no processo de institucionalização da profissão docente, o qual foi marcado pela restrição do controle estatal e pela busca de melhoria do estatuto sócio-profissional dos docentes. Os primeiros decretos de criação de Escolas Normais surgiram em vários pontos do país: Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e São Paulo. Nem todas foram logo inauguradas.

Em Minas Gerais, a primeira Escola Normal foi criada em 1840, no tempo do Império, em Ouro Preto, capital da Província. Entretanto, seu funcionamento era irregular, intercalando períodos de abertura e fechamento, até 1872, época em que foi criada, em Campanha, uma nova Escola Normal. Juntas, passaram a preparar os professores para o ensino primário de Minas Gerais. A partir daí, foram criadas novas Escolas Normais em outros municípios e, em 1882, Minas Gerais contava com 5 escolas normais, localizadas em Ouro Preto, Campanha, Diamantina, Montes Claros e Sabará. A Escola Normal de Ouro Preto foi extinta com a transferência da capital, voltando a reabrir somente em 1929.

Criadas para resolver o problema da improvisação na formação e contratação dos professores que vinham até então atuando nas escolas primárias, as escolas normais passaram a enfrentar outro problema: a improvisação de seu próprio corpo docente, uma vez que no Brasil não existiam professores habilitados para atuar na formação das normalistas. Assim, até 1870, as escolas normais não foram valorizadas, já que os próprios governantes não estavam convictos de sua necessidade.

Dentro do espírito de descentralização presente na constituição de 1891, que atribuiu aos Estados a tarefa de organizar seus sistemas educacionais e tomar sob sua responsabilidade o ensino primário e normal, Minas Gerais tomou uma série de medidas, visando dotar o Estado de um sistema escolar público e deu especial atenção à Escola Normal, vista como condição indispensável para a consolidação da Escola Primária. Dentre essas medidas, sobressai-se a criação da Escola Normal Modelo da Capital, pelo Governador João Pinheiro, através da Lei Estadual n.º 439 de 28/09/1906. Essa escola foi considerada Modelo, porque cabia a ela servir de padrão às outras escolas do gênero no Estado, no sentido de se buscar uma uniformidade para o ensino normal mineiro.

No período que antecedeu a Revolução de 1930, em Minas Gerais, o Secretário dos Negócios do Interior Francisco Campos e o Inspetor Geral de Instrução

Pública Mário Casasanta articularam uma grande reforma no Ensino Primário e Normal do Estado, adotando os princípios da Escola Nova. O professor era um dos elementos-chave da organização proposta por eles e o Ensino Normal era um curso de caráter profissional, capaz de oferecer aos futuros professores os instrumentos indispensáveis ao exercício da profissão docente. De acordo com essa proposta, a formação de professores era feita através de três cursos, desenvolvidos em sete anos: Adaptação (2 anos), Preparatório (3 anos) e Aplicação (2 anos). Segundo Peixoto, “o diploma de normalista do 2º Grau constituía título de habilitação para todos os cargos do magistério, bem como requisito para nomeação de professores de Metodologia e de Prática Profissional nas Escolas Normais”. (2003: 99/100)

Em 1929 foi criada, em Minas Gerais, através do Decreto nº 8987 de 22/02/1929, a Escola de Aperfeiçoamento, uma escola em nível pós-normal, para aprimorar a formação do professor nos aspectos técnico e científico, preparando o corpo docente das escolas normais e os administradores das escolas primárias. A Escola de Aperfeiçoamento foi responsável pela introdução, em Minas Gerais e no Brasil, de uma série de inovações na área educacional.

Com a Revolução de 1930, afloraram-se os problemas que a educação vinha passando desde a expulsão dos jesuítas e ficou mais evidente a precariedade das escolas e a necessidade de uma revisão da educação. Nessa época, tinha-se como bandeira a democratização do ensino e o direito à educação, considerados indispensáveis.

Em Minas Gerais, no período que se seguiu à Revolução de trinta, o esquema de formação do professor, implantado por Francisco Campos e Mário Casasanta foi reduzido, para diminuir os custos com o setor e facilitar o reconhecimento oficial do ensino ministrado pelos estabelecimentos particulares. Assim, o Decreto do Governo do Estado de Minas Gerais nº 10.362/32 suprimiu o Curso Preparatório e reduziu para 5 anos o tempo previsto para a formação do professor, sendo 2 anos de adaptação e 3 de normal. Visando eliminar os preconceitos em relação aos egressos das Escolas Normais de 1º grau, o decreto acabou com a distinção entre escolas normais de primeiro e segundo graus, mantendo a antiga organização curricular apenas nas escolas normais de Belo Horizonte e de Juiz de Fora.

Nos anos quarenta, o governo federal fixou normas para a formação do professor primário e estabeleceu exigências para o exercício do magistério em

diferentes níveis de ensino², dando seqüência às iniciativas levadas a efeito pelo governo revolucionário de 30. Essas medidas integravam um programa de modernização que tinha como objetivo assegurar condições para o desenvolvimento industrial. A educação passou a ocupar posição estratégica no programa de Vargas, no sentido de assegurar o progresso econômico com ordem. Para isso, não bastava expandir a escola; era necessário renová-la, dotando-a de padrões e formas de organização compatíveis com os avanços da ciência, imprimindo nela os mesmos padrões de racionalidade de outras esferas do serviço público. Acentuou-se, assim, a importância da formação de professores em instituições especialmente criadas para este fim.

A posição do governo era respaldada, do ponto de vista pedagógico, pelos “profissionais da educação”, grupo de educadores formado na década de vinte, com o objetivo de lutar pela divulgação do ensino e pela melhoria de sua qualidade³. Fortemente influenciado pelo movimento escolanovista em voga nos Estados Unidos e na Europa, esse grupo insistia numa educação de cunho científico, capaz de atender às tendências e aptidões dos alunos e às necessidades do meio social. A Escola Nova, que tinha como principal articulador no Brasil Anísio Teixeira, pregava a organização do ambiente pedagógico de modo a estimular o desenvolvimento das aptidões, o que levaria os alunos à aquisição da disciplina interior (autodisciplina). Assim, os espaços escolares deveriam ser racionalmente organizados, para que fossem alcançados, com o máximo de eficiência, a autodisciplina e o autocontrole. Semelhante revolução nos processos educativos seria, na visão deste grupo, impossível sem a unidade de formação de professores, os quais, independentemente do grau em que atuassem, deveriam ter formação universitária. Neste contexto, a política de formação de professores instituída por Vargas era recebida sem reservas pelos grupos progressistas da época e considerada como um estímulo à profissionalização do magistério.

O modelo nacionalista de formação de professores foi consolidado pelas Leis Orgânicas do Ensino Primário e Normal, de 1946, elaboradas na gestão do ministro Gustavo Capanema e implementadas na gestão do Ministro Raul Leitão da Cunha.

² O Decreto-lei 1190 de 1º/1/1943 exige apresentação do diploma de Licenciado pela Faculdade de Filosofia aos candidatos ao magistério secundário e normal. A partir de 1º/01/1945, é exigido diploma de Educação Física para o magistério dessa disciplina nos estabelecimentos oficiais e particulares do país.

³ Deste grupo fazem parte, entre outros, Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Abgar Renault. Os “profissionais da educação” encontram, no governo que se instala no país, um clima favorável à divulgação de suas idéias, intensificando a luta pela democratização do ensino. Defendem a intervenção do governo federal e o estabelecimento de uma política nacional de educação como fatores indispensáveis à implantação de uma rede de ensino público universal, obrigatório, gratuito e leigo.

Pregavam um ensino igual para todos e apresentavam uma série de especificidades de cada etapa de formação do aluno. A Lei Orgânica do Ensino Primário - Decreto-lei 8529, de 2 de janeiro de 1946 - em seus artigos 25, itens *c* e *d* e artigos 34, 35 e 36 dispõe sobre o corpo docente para este nível de ensino, sua carreira e remuneração.

A Lei Orgânica do Ensino Normal - Decreto-lei 8530, de 2 de janeiro de 1946 - estabeleceu as diretrizes gerais para o funcionamento das escolas normais em todo o país. Pretendia dar uniformidade à formação de professores em todo o território nacional, estabelecendo princípios e normas relativos a regime de estudos, conteúdos programáticos, métodos e processos didáticos. Essa lei criou os Institutos de Educação que, além dos cursos normais, ofereciam cursos de especialização para professores primários e cursos de habilitação em Administração Escolar. De acordo com a Lei Orgânica, o Ensino Normal era considerado como um curso de formação profissional, de nível secundário e tinha como finalidades:

1. *Prover a formação do pessoal docente necessário às escolas primárias;*
2. *Habilitar administradores escolares destinados às mesmas escolas;*
3. *Desenvolver e propagar os conhecimentos e técnicas relativas à educação da infância. (ROMANELLI, 2003, p. 164)*

De acordo com a Lei Orgânica, o Curso Normal tinha a seguinte estrutura:

- Curso de formação de regentes de ensino primário, de 1º ciclo, com duração de 4 anos, funcionando em Escolas Normais Regionais;
- Curso de formação de professores primários, de 2º ciclo, com duração de 3 anos, funcionando nas Escolas Normais;
- Institutos de Educação onde, além dos cursos de formação de professores, funcionavam também o Jardim de Infância e a Escola Primária como anexos e cursos de especialização de professor primário e habilitação de administradores escolares.

Em ambos os ciclos, predominavam disciplinas de formação geral sobre as disciplinas de formação profissional, evidenciando uma ênfase na cultura geral em detrimento da formação técnico-profissional, apesar de se tratar de um curso de caráter terminal e profissionalizante, em uma época em que a maioria das alunas não prosseguia no nível superior. O sistema de avaliação dos alunos era determinado em lei e consistia em um conjunto de provas e exames.

Havia uma limitação de faixa etária para ingresso no curso normal, sendo impedidos de se matricularem alunos com idade superior a 25 anos. Essa determinação representava um entrave à qualificação de grande parte dos professores leigos que vinham atuando no magistério.

A queda da ditadura não provocou uma mudança na formação de professores primários, que permaneceu baseada no modelo nacionalista, consolidado pelas Leis Orgânicas, que vigoraram por duas décadas. A política educacional vigente não conseguia atender às demandas apontadas pelo momento histórico de retomada da democracia, portanto novas reformas eram necessárias. A perspectiva de uma educação nacional, que refletisse os princípios liberais incorporados à Constituição de 1946, foi acenada na década de cinquenta, com as discussões em torno da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, a qual só seria promulgada nos anos sessenta. O período que antecedeu à promulgação dessa lei foi marcado por controvérsias em torno das idéias de centralização e descentralização do ensino e da dualidade Escola pública X privada. O projeto foi alvo de discussão por vários anos e gerou conflitos entre os representantes liberais, que defendiam a escola pública e os representantes da Igreja Católica, que faziam a defesa da escola privada.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A METODOLOGIA

O estudo teve como base a memória individual e coletiva das professoras, considerando a memória como o conhecimento do passado que se organiza, ordena o tempo, localiza-o cronologicamente. Foi utilizada a abordagem metodológica própria da História Oral⁴ - método de trabalho que incide sobre o passado dos atores, sobre aspectos da vida social, particularmente da esfera do cotidiano que, em geral, não constam em documentos escritos.

A História Oral foi realizada através de entrevistas abertas com onze professoras que se formaram nas primeiras décadas do século XX e exerceram a profissão docente na escola primária até a aposentadoria. As entrevistas foram gravadas,

⁴ É importante ressaltar que não se trata de um Projeto de História Oral, mas sim da utilização dessa abordagem metodológica, enquanto método que incide sobre o passado dos atores. História Oral não é sinônimo de memória e não se limita à consulta às fontes orais, com utilização da memória. Meihy define história oral como “um conjunto de procedimentos que vão desde o planejamento do projeto, a definição da colônia, a eleição das redes, o estabelecimento de uma pergunta de corte, a elaboração das entrevistas, a feitura dos textos e a devida guarda, a conferência e a devolução do documento à comunidade que o gerou.” (MEIHY, 1996, p. 54)

transcritas, editadas e analisadas de acordo com eixos relacionados às questões de estudo e à luz dos aportes teóricos e contextuais.

Foram utilizadas, como referências para localização das professoras entrevistadas, o Programa de História Oral do Centro de Referência do Professor, Casas de Repouso e Centros de Idosos de Belo Horizonte e informações de pessoas ligadas à educação. Foram localizadas e entrevistadas onze professoras que preenchiam os seguintes requisitos: terem se formado no curso normal de nível médio; terem tido a profissão docente como ocupação principal; terem se aposentado na carreira do magistério.

Foram entrevistadas as seguintes professoras: Heloisa, Tatiana, Elza, Faustina, Luiza, Elizabeth, Lourdes, Júlia, Mag, Terezinha e Tiana. As onze nasceram entre os anos de 1912 e 1926, estando com idade variável entre 78 e 92 anos, na época da pesquisa. No que diz respeito à situação econômica e social, todas se situam no nível médio. Provenientes de famílias de classe média, foram criadas em um ambiente em que a educação era valorizada. No momento da pesquisa, todas estavam bem física e socialmente e sua situação econômica é razoável.

O PASSADO E O PRESENTE DA PROFESSORA PRIMÁRIA: O QUE DIZEM AS ANTIGAS PROFESSORAS

Na viagem que fizemos ao início do século XX, junto com as onze professoras, descobrimos muitos aspectos interessantes da infância e da juventude naquele tempo, conhecemos as razões que levavam as moças a buscarem o magistério e as características do Curso Normal daquela época. Também conhecemos as percepções dessas antigas professoras sobre diversos aspectos da profissão docente no passado e o presente, as quais apresentamos neste trabalho.

As diferenças no exercício da profissão: hoje está melhor ou pior?

Um dos problemas do exercício da profissão docente hoje diz respeito à multiplicidade de papéis na escola, que muitas vezes confunde o professor, dificulta o relacionamento entre as pessoas e interfere na relação dos professores com os alunos. Além disso, na atualidade, ao lado do exercício da docência, as professoras são atropeladas por um acúmulo de tarefas e têm que lidar com uma papelada, o que interfere em sua forma de dar aulas e até mesmo em sua maneira de ser. Uma professora destacou, como problema significativo, o conflito entre supervisora

pedagógica e professoras regentes de classe, que às vezes ocorre devido à formação inadequada do Supervisor.

Hoje as coisas são mais complexas porque tem muitos papéis, não é? Divisão de papéis e, ao mesmo tempo, quando tem muita divisão de papéis, fazer encaixar esses papéis, fazer esse intercâmbio, essa síntese, complica um pouco mais. Quando ela é perfeita, é ótimo, são várias cabeças pensando, mas é mais difícil. (Faustina)

A supervisão anda muito ruim atualmente, viu! E mesmo nos meus últimos anos, no meu grupo, eu via. Por isso que há conflito entre a supervisão e a regente, porque a regente sabe mais do que a supervisora, então essas supervisoras que nunca regeram, que vão fazer um curso de Pedagogia, depois vêm para a escola, tem que haver conflito! E a gente é que tem razão. Eu tive uma supervisora no fim, bem no fim, ela era grosseira, humilhava as professoras, ah, mas um dia eu dei uma lição nela, sabe, que ela abaixou. (Elza)

Eu acho que hoje as professoras são muito chatas, muito frias, sabe? Eu não sei se é porque na minha época a vida era diferente, porque hoje professora vai para a aula com aquela porção de papel, não é, e aposto que é chato, viu, aquela porção de papel, eu nunca fiz isso, eu levava aquelas coisinhas todas direitinho, viu. (...) A professora, no meu tempo, trabalhava demais da conta. Nossa Senhora, era demais da conta..... e ganhava um tico-tico. Então eu acho que o que falta, às vezes, é essa amizade que as professoras têm. No meu tempo o amor era maior. (Júlia)

Eu, naquela época, quando eu dei aula em Córregos, eu fazia uma classificação, dispensava os alunos melhores um pouco mais cedo e ficava com as Margaridas, aí comecei a ensinar mais e deu muito bom resultado. E hoje em dia não tem isso, acho que a professora não tem tempo também de ficar dando aula particular, de corrigir cadernos, de ver em que o aluno é fraco, em que ele é melhor um pouco, então com isso eu acho que o ensino vai perdendo muito. Porque hoje em dia a vida, difícil como está, com essa parte de emprego e tudo mais, acho que tudo isso influi para que não haja um bom rendimento dos alunos e que a professora não seja igual às de antigamente (Mag)

As professoras do passado, especialmente as que exerciam a docência nas pequenas cidades do interior do Estado, careciam de uma orientação mais efetiva por parte dos órgãos administrativos do Sistema de Ensino e de oportunidades de formação continuada e consideram que, nesse aspecto, os professores de hoje são mais bem servidos. Não existiam, nas cidades de interior, Delegacias Regionais de Ensino ou departamentos da Secretaria de Educação que orientassem e assessorassem mais diretamente as atividades pedagógicas das escolas, o que fazia com que tudo fosse resolvido e esclarecido na Capital. Além disso, muitas escolas não tinham orientadoras

pedagógicas e a única fonte de orientação para as professoras era o Inspetor. As oportunidades de formação continuada eram raras: os cursos oferecidos pela Secretaria de Educação, além de acontecerem na capital, eram poucos e com vagas limitadas. Os cursos superiores eram escassos e a grande oportunidade de continuidade de estudo para as professoras era o Curso de Administração, oferecido pela Escola de Aperfeiçoamento, que também encerrava dificuldades para as professoras do interior, pois era oferecido na capital e implicava em uma mudança de cidade e de vida.

E a gente não tinha assim, uma orientação maior, cada uma aplicava um método mais ou menos conforme achava que precisava. (...) A gente dava a aula com a bagagem que tinha, porque nem fonte para recorrer, para alguma coisa, não havia não. Porque nem a Delegacia de Ensino havia naquele lugar, nem secretaria, essas coisas não existiam. Não tinha uma pessoa que orientasse, não tinha não. Quando eu aposentei, como diretora, ainda não tinha Delegacia de Ensino. A gente agia um pouco por conta própria, sem uma base para a gente se apegar. (...) Em termos de capacidade, a diferença é muito grande, porque hoje a pessoa tem muito campo para poder desenvolver, estudar, muito curso, muita coisa, muita exposição, ambiente. E a gente não tinha. (Luiza)

É, hoje tem mais assistência, muito mais, não é? Antigamente a gente fazia o normal só e pronto, a não ser uma inspetora que fosse lá, quando a gente tivesse alguma dúvida e perguntasse para ela, não é? Porque nem delegacia de ensino existia, depois é que foi surgindo. (...) A gente tinha poucas informações, porque não tinha um curso para a pessoa se reciclar, acabou ali, era trabalhar. (...) naquela época não tinha especialização nessa ou naquela matéria. Então hoje só pode estar melhor nesse sentido, porque o corpo docente está muito mais preparado. (Elizabeth)

Não tinha nada de supervisora não, tinha uma que de vez em quando ia, mas era da região toda, era uma inspetora que de vez em quando visitava as escolas, mas sem isso, elas iam lá e conversavam, a gente reunia, mas não era dizer que modificava qualquer coisa em nossas atividades não. (Mag)

Ao compararem o exercício da docência no passado e no presente, as professoras apontam como aspectos marcantes o material pedagógico e os recursos bibliográficos que, naquela época, eram escassos e que hoje já existem em maior quantidade. Entretanto, algumas professoras reconhecem que os recursos pedagógicos não garantem um bom trabalho docente. Mesmo nos dias atuais, nem sempre eles estão disponíveis para o professor e esse, por sua vez, é mal remunerado e não tem condições de adquirir o material necessário às suas aulas.

Hoje tem mais recursos, tem muito mais livros publicados. Naquele tempo tinha era revista, você vê, Psicologia tinha dois livros – Iago Pimentel e Sampaio Dora – quando eu comecei a lecionar o Português, tinha dois livros. E tinha Psicologia de crianças do Clapared, que foi traduzido aqui. Mas não era todo mundo que lidava com isso. Na Escola Normal de Rio Branco, esse livro não estava assim tão difundido. Então hoje tem muito mais recursos, tem muito mais livros publicados, quase toda escola tem um pequeno laboratório, naquele tempo os recursos eram menores. (Faustina)

Cada dia eu arranjava uma coisa diferente e não tinha assim uma orientação de material, de preparar material não. Era tudo no quadro. A gente fazia as coisas no quadro e os meninos copiando no caderno, que é o que tinha. Não tinha mais nada. Hoje é que teve esse enriquecimento de material, de oportunidades, de áudio, de biblioteca. A gente não tinha nem onde ir, não tinha excursão, não tinha essas coisas modernas, era ficar na sala e a gente ia levando as coisas. Aí eu tinha minha inspiração, de acordo com o que eu tinha estudado, eu fui idealizando meus problemas, mas tudo na base do quadro negro, não podia contar com a facilidade de nada não, e o caderno dos meninos quando eles tinham. (...) É assim, Nossa Senhora, comparando o mundo do meu tempo de criança com hoje, é coisa louca a diferença. (Luíza)

No meu tempo eu tinha que preparar mais as coisas do que as professoras de hoje, por causa do computador. Eu acho que nesse ponto há muito mais coisa para se fazer. Olha, dar aula naquele tempo era muito difícil e dar aula hoje não é difícil. O ensino de hoje é mais fácil. Antigamente era um livrinho desse tamanhozinho assim: “Cartilha de a-b-c”, com aquilo é que aprendia a ler. O que tem facilitado mais hoje é a questão da variedade do material. (Júlia)

(...) a professora ganha pouco, ela não pode fazer tudo que ela tem capacidade de fazer porque falta tempo, faltam opções, dinheiro para ela mesma comprar as coisas para poder apresentar. Ela não tem condição de fazer isso, a verba que ela tinha para gastar com livros bons, com papel e tudo que fizesse alguma coisa para levar para a escola. (Tiana)

No que diz respeito a recursos, uma professora fez uma interessante observação sobre a utilização do livro didático pelas professoras de hoje, que muitas vezes deixam de dar aulas e jogam sobre os alunos a responsabilidade de aprender nos livros adotados. Para ela, a indicação de um livro para cada disciplina limita as oportunidades de pesquisa e conhecimento, portanto deveria haver uma diversidade de material bibliográfico, o que leva ao desenvolvimento do espírito crítico.

O professor de hoje diz: - Você estuda nesse livro daqui, dali... e fica por isso mesmo! Não pode! O professor tem que saber dar aula! Tem que saber resolver as dificuldades dos alunos! Não é falar: -Depois você olha em tal livro. E depois, o problema de livro, eu achava muito boa essa idéia da Escola Normal Modelo de não indicar um

determinado livro, então havia idéias diferentes. Por exemplo, um livro de História da Educação tem pontos diferentes dos autores, isso faz pensar! Na Geografia, História do Brasil avançada, de vários autores, não é essa historinha resumida que esses meninos estudam, e às vezes com tantos erros históricos, e Ciências, aí meu Deus! Tem tantos livros com erros! Porque a gente tem que aprender a usar a cabeça para não engolir tudo, a ler um jornal ou um livro com espírito crítico, porque que eu vou engolir tudo? (Elza)

O exercício da docência nos dias atuais é marcado pela grande influência dos meios de comunicação que, na percepção das antigas professoras, interferem negativamente na vida da professora. Para elas, a televisão e as facilidades de acesso ao conhecimento pela Internet, além de terem reduzido o interesse pela leitura, trouxeram uma auto-suficiência para os alunos e uma conseqüente redução da importância do professor, enquanto pessoa que domina o conhecimento e é responsável pela sua divulgação.

Eu acho que os meios de comunicação interferem muito na vida da professora, interferem demais, porque o aluno antigamente era mais obediente e ouvia demais a professora, o que a professora falava para ele era uma coisa. (...) a gente vivia muito bem. Foi um tempo muito bom. (Lourdes)

Eu acho que o professor hoje não é mais aquele professor que os alunos respeitavam. Hoje os alunos são mais ajudantes do professor, porque com essas melhoras: computador, Internet, tudo isso, não há aquela ligação tão grande com o professor igual havia naquela época, não é? Eu acho que hoje, com a televisão, porque os meninos assistem muita televisão, o pessoal não está lendo muito, sabe? Não é tanto falha da escola, eu acho que é a televisão, porque eles vêem tudo fácil na televisão, embora eles sejam muito desenvolvidos também, mas eu acho que perderam um pouco de gosto pela leitura. Então eu acho que havia mais leitura, sabe? (Terezinha)

A escola e o currículo também estão diferentes!

Os reflexos da vida moderna na escola se fazem sentir de forma visível. As relações internas, os encontros e as trocas são dificultadas pela exigüidade do tempo. Além disso, a escola viu-se invadida pelos modernismos e influências de outras culturas, apresentando como um grave problema a falta de preservação da cultura e da arte brasileiras.

Hoje eu não vejo intercâmbio, nem de professora, nem de diretora. Tem professora que não conhece a outra do mesmo turno. Nós tínhamos as reuniões toda semana, de quinze em quinze dias reunião geral, para o grupo todo, para resolver esses problemas, precisa de

uma Pedagogia moderna, era de um entrelaçamento tão grande... hoje ninguém tem tempo para nada porque só pensa em dinheiro, só pensa em ganhar, você dá uma aula aqui, sai correndo e vai dar uma aula noutra colégio, vai correndo, a vida hoje é muito difícil. Muito diferente. E você tem que ganhar, porque a vida está dura. (Heloisa)

A escola precisa reverter isso, dar valor àquilo que tem! Por que Xuxa! Alguém me falou que foi num auditório aí de grupo, só tinha Xuxa, eu falei: - Meu Deus! Onde nós vamos parar! Ninguém mais fala em Vila Lobos. Os nossos grandes compositores. Vila Lobos foi um grande educador. Ninguém fala nele, mas é porque nossa ignorância é muito grande! Muito grande! (...) Hoje eles cantam o que, heim? Coisa da América do Norte, eu vi no auditório! Eu fiquei escandalizada, sabe! Até a letra que os meninos fizeram não prestava para nada. Eu fico envergonhada, viu, com essas coisas! (Elza)

Também o currículo está muito diferente, na percepção das professoras, que consideram que o ensino de antigamente era melhor e que a escola primária de sua época, apesar de ter um número menor de matérias, preparava melhor as crianças. Por um lado, o ensino era mais apertado em termos de conteúdo e, por outro, era mais simples, porque os alunos davam conta de fazer os exercícios de casa, que hoje são muito complexos e exigem a participação ativa das mães. Um aspecto considerado negativo pelas professoras é a atual compartimentalização entre as disciplinas nas séries iniciais do ensino fundamental, com professores diferentes para disciplinas diversas.

Eu gostava de trabalhar dentro de sala, porque a coisa era muito variada, porque a importância da professora primária é justamente isso, ela ser dona da sala dela, dar todas as matérias. (...) A gente aproveitava todos... por exemplo, nós dando uma aula de Língua Pátria, entravam outras matérias, a gente atacava ali dentro, agora põe uns muros e dentro separa as matérias, eu não concordo com isso, porque uma coisa entra na outra, uma matéria entra na outra, é coisa da globalização na boa, não da globalização econômica, mas porque o método global foi extraordinário, justamente porque era o total, não era pedaços, (Elza)

Eu acho que o ensino em relação ao meu tempo não está formando bem, eu tenho os cadernos do meu pai, eu tenho guardado, a diferença de ensino na época dele era uma, agora é outro. Menino de segundo ano já fazia análise gramatical, era muito mais apertado. Hoje eu acho que não é tão apertado como antes. (Lourdes)

No ensino hoje, as crianças trazem o dever para casa, sabe, e ficam sem saber fazer... e a mãe tem que ajudar. Então a mãe é o livro de estudo. No meu tempo a gente fazia tudo a mão, está entendendo? (Júlia)

NOTAS CONCLUSIVAS:

As antigas professoras têm uma percepção muito clara sobre as diferenças entre a realidade que viveram e os dias atuais. Segundo elas, há uma sensível diferença entre o passado e o presente na posição social da professora dos anos iniciais da escolarização e no exercício da profissão. De modo geral, consideram que a docência nas séries iniciais é essencialmente feminina e enfatizam a vocação como a principal qualidade de uma professora, a qual deve ser complementada pelo espírito crítico e pela responsabilidade.

No que diz respeito ao exercício da profissão, os depoimentos evidenciam que dar aulas no passado não era mais difícil, nem mais fácil do que hoje, na medida em que a profissão docente nunca foi fácil e sempre encerrou dificuldades. Entretanto, há uma série de problemas da educação e do mundo atual que interferem na escola, na organização curricular e no trabalho das professoras, tais como a multiplicidade de papéis, a burocratização e a indisciplina e violência que se agravam. Apesar desses complicadores, há aspectos que hoje são melhores, tais como a orientação que antes era precária e a facilidade de recursos didáticos, bibliográficos e audiovisuais. Mesmo reconhecendo que, no mundo atual, a profissão docente está em crise, as antigas professoras acreditam que há saídas para ela. Uma certeza é unânime entre elas: a profissão docente nunca vai acabar, o professor é uma presença importante na vida de todos! Apesar de ser uma profissão difícil, vale à pena ser professora!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, Carlos R. Ousar utopias: da educação cidadã à educação que a pessoa cidadã cria. In: AZEVEDO, José Clóvis de, GENTILLI, Pablo, KRUG, Andréa e SIMON, Kátia (orgs). **Utopia e democracia na educação cidadã**. Porto Alegre: UFRGS/SME, 2000, p. 449-462.

CASTRO, Magali de. **Percorrendo os caminhos da profissão docente: estudo a partir da trajetória de professoras formadas nas primeiras décadas do século XX**. Relatório de pesquisa. PUC/Minas Gerais. Fundação de Incentivo à Pesquisa – FIP, Belo Horizonte, 2005

CONTRERAS, José. **A autonomia de professores**. Trad. Sandra Trabucco Valenzuela; rev. Técnica, apresentação e notas à edição brasileira Selma Garrido Pimenta. São Paulo: Cortez, 2002.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. (org.) **(Re)introduzindo História Oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996.

MOURÃO, Paulo Kruger Côrrea. **O Ensino em Minas Gerais no Império e na República**. Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais, 1962.

PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. **Educação e estado novo em Minas Gerais**. São Paulo: PUC/SP, 1989 (tese de doutorado)

PEIXOTO, Ana Maria Casasanta (coord.) **O permanente e o provisório na profissão docente: constituição histórica, transformações e perspectivas**. Relatório final de pesquisa financiada pela FAPEMIG. PUC/Minas Gerais, jul 2003.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (19309/1973)**. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2003

SINISCALCO, Maria Teresa. **Perfil estatístico da profissão docente**. Trad. B&C. Rev. de textos S/C Ltda. São Paulo: Moderna, 2003.